

**MEDIDA PROVISÓRIA Nº 6, DE 18 DE JUNHO DE 2025.**

*(Revogado pela Medida Provisória nº 10, de 14 de outubro de 2025.)*

~~Dispõe sobre a criação de  
órgãos na estrutura  
organizacional da  
administração direta do  
Poder Executivo do  
Município de Palmas e altera  
a Lei nº 3.173, de 8 de abril  
de 2025, nas partes que  
especifica.~~

~~O **PREFEITO DE PALMAS**, no uso da atribuição que lhe confere o art. 40 da [Lei Orgânica do Município](#), adota a presente Medida Provisória, com força de Lei:~~

~~**Art. 1º** São criados na estrutura organizacional da administração direta do Poder Executivo do Município de Palmas, prevista na [Lei nº 3.173, de 8 de abril de 2025](#), os seguintes órgãos:~~

~~I – Secretaria Municipal de Articulação Comunitária;~~

~~II – Secretaria Municipal da Região Metropolitana.~~

~~**Art. 2º** A [Lei nº 3.173, de 8 de abril de 2025](#), que dispõe sobre a organização da estrutura administrativa do Poder Executivo do Município de Palmas, passa a vigorar com as seguintes alterações:~~

~~“CAPÍTULO I~~

~~Seção II~~

~~Art. 4º~~

~~I –~~

~~b)~~

~~4. até 2 (duas) Secretarias Extraordinárias;~~

~~III - .....~~

~~i) a Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana;~~

~~.....~~

~~n) a Secretaria Municipal de Articulação Comunitária;~~

~~o) a Secretaria Municipal da Região Metropolitana;~~

~~IV - .....~~

~~b) a Agência de Tecnologia da Informação do Município de Palmas (Agtec);~~

~~.....~~

~~Art. 5º .....~~

~~Parágrafo único. O disposto nos incisos do caput deste artigo poderá ser realizado mediante decreto, para distribuir e redistribuir cargos e funções, bem como complementar as suas nomenclaturas, de acordo com as competências desenvolvidas pelas pastas.~~

~~.....~~

### **CAPÍTULO III**

~~.....~~

#### **Seção I**

~~.....~~

~~Art. 13. ....~~

~~.....~~

~~III – receber os autógrafos de lei oriundos do Poder Legislativo e examiná-los com a finalidade de sugerir sanções ou vetos, com as respectivas justificativas, preferencialmente mediante consulta à Procuradoria-Geral do Município e órgãos com competências afins às matérias propostas, para análise e emissão de parecer;~~

~~.....~~

~~V – publicar no Diário Oficial do Município;~~

~~a) os atos do Poder Executivo, originados internamente ou nos demais órgãos e entidades do Município, bem como as matérias particulares encaminhadas pelos interessados, desde que atendam aos requisitos da legalidade e da formalidade exigidos;~~

~~b) as matérias referentes ao processo legislativo;~~

~~VI – contribuir para a viabilização dos projetos do governo municipal junto ao Poder Legislativo e à sociedade civil;~~

.....

.....

~~XII – por meio do Resolva Palmas, unidade responsável pelo balcão único de atendimento dos serviços integrados do Município ao cidadão:~~

~~a) aperfeiçoar a relação da Administração com os cidadãos, com o objetivo de garantir a acessibilidade aos serviços da Prefeitura e a qualidade no atendimento aos usuários;~~

~~b) fornecer aos demais órgãos e entidades da administração municipal, quando solicitado, os dados e informações de seus respectivos interesses, coletados por meio dos canais de relação com os cidadãos, sob sua gestão;~~

~~c) promover a integração operacional entre as unidades de atendimento ao cidadão e os demais órgãos e entidades da administração municipal;~~

~~d) planejar e desenvolver, conforme acompanhamento e avaliação de desempenho, capacitação e treinamento para os servidores da área;~~

~~e) coordenar o atendimento presencial de todas as suas unidades, mediante a avaliação e registro do nível de desempenho alcançado na prestação dos serviços;~~

~~f) propor e promover ações de melhoria de procedimento e sistema de informação, com o objetivo de aperfeiçoar o atendimento ao cidadão e à população em geral;~~

~~g) gerenciar as informações e o fluxo dos documentos decorrentes da prestação de serviço ao cidadão por meio das unidades de atendimento;~~

~~XIII – coletar dados e informações para a tomada de decisões do Prefeito;~~

~~XIV – assistir e assessorar direta e imediatamente o Prefeito no desempenho de suas atribuições;~~

~~XV – encaminhar mensagens governamentais ao Poder Legislativo;~~

~~XVI – acompanhar a tramitação de matérias legislativas de interesse do Poder Executivo;~~

~~XVII – outras atividades regimentais.~~

~~Art. 14.....~~  
~~.....~~

~~VIII – por meio da Guarda Metropolitana de Palmas:~~

~~a) gerir e executar a política de Defesa Civil Municipal;~~

~~b) gerir:~~

~~1. o Fundo Municipal de Defesa Civil, de que trata a [Lei nº 2.101, de 31 de dezembro de 2014](#);~~

~~2. o Fundo Municipal de Segurança de que trata a [Lei nº 2.397, de 9 de julho de 2018](#);~~  
~~.....~~  
~~.....~~

### ~~Seção III~~

~~.....~~

~~Art. 29. ....~~

~~I – promover o planejamento, a coordenação, a supervisão, a fiscalização e a execução por administração direta ou de terceiros, das obras, edificações, iluminação pública, reformas, reparos, salvo em praças e calçadas públicas;~~  
~~.....~~  
~~.....~~

~~IV – executar por administração direta, ou por contratação, as obras públicas referentes a edificações, reformas, reparos, abertura de vias públicas, drenagem, pavimentação e ao sistema viário urbano;~~

~~V – executar, por administração direta, contratação ou concessão, os serviços públicos referentes ao sistema viário;~~  
~~.....~~  
~~.....~~

~~VIII – executar, por administração direta, contratação ou concessão, os serviços de limpeza urbana, admitindo-se, por meio de ajuste, a cooperação e~~

~~colaboração da Secretaria Municipal de Zeladoria Urbana, no que couber, especialmente na gestão e distribuição de contêineres;~~

~~X – realizar, direta ou indiretamente, a administração e manutenção do Parque Solar;~~

~~XI – analisar a documentação referente ao incentivo fiscal do Programa Palmas Solar, celebrar o termo de acordo e emitir o “SELO SOLAR”;~~

~~XII – executar, direta ou indiretamente, os serviços de sinalização viária, inclusive nas partes internas das quadras, quando incluídos em contratação de maior abrangência gerida pela Pasta;~~

~~XIII – outras atividades regimentais.~~

~~Parágrafo único. Os serviços de sinalização viária previstos no inciso XII do caput deste artigo serão executados de forma concorrente pela Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana e Secretaria Municipal de Zeladoria Urbana, de acordo com as competências previstas no inciso XI do art. 30 e no item 4 da alínea “c” do inciso VII do art. 34, ambos desta Medida Provisória, conforme ajuste de cooperação técnica pactuado por cada pasta com a Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras Públicas.~~

~~Art. 30. São competências da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana:~~

~~I – promover e coordenar a política de trânsito, transportes, mobilidade urbana e acessibilidade;~~

~~X –~~

~~a) o Fundo Municipal de Acessibilidade, Mobilidade e Transporte, de que trata a [Lei nº 2.027, de 3 de fevereiro de 2014](#);~~

~~XI – executar, direta ou indiretamente, os serviços de sinalização viária, inclusive aqueles destinados às áreas internas das quadras, desde que relacionados a equipamentos ou atividades essenciais à mobilidade urbana;~~

~~XII – outras atividades regimentais.~~

~~Art. 34.~~

~~V – promover a implantação, manutenção, conservação e vistoria em parques, praças, áreas verdes, bem como a poda de árvores nesses locais;~~

.....

~~VII – executar, direta ou indiretamente:~~

~~a) reformas e reparos em praças e calçadas públicas;~~

~~b) o recolhimento de galhadas;~~

~~c) serviços públicos referentes ao sistema viário, que compreendem:~~

~~1. remendos superficiais em pavimentos asfálticos;~~

~~2. varrição;~~

~~3. roçagem nas áreas verdes;~~

~~4. os serviços de sinalização viária, inclusive nas partes internas das quadras, quando relacionados à manutenção e reparos de vias públicas;~~

.....

.....

~~Art. 34-A. São competências da Secretaria Municipal de Articulação Comunitária:~~

~~I – promover, em articulação com as secretarias e entidades da administração municipal, nas respectivas áreas de competência, a participação da comunidade na gestão pública, a fim de assegurar o regular acesso dos cidadãos aos serviços públicos municipais;~~

~~II – articular o envolvimento da população na definição de suas prioridades relacionadas à formulação das políticas públicas do Município;~~

~~III – coordenar a interlocução do governo municipal com os diferentes segmentos da sociedade civil e seus representantes, assim como acompanhar as ações e os resultados da política de parcerias com essas organizações;~~

~~IV – promover a elaboração de estudos sobre temas de interesse comunitário determinados pelo Chefe do Poder Executivo, em articulação com as demais secretarias e entidades municipais;~~

~~V – coordenar grupos de trabalho criados para missões especiais designadas pelo do Chefe do Poder Executivo;~~

~~VI – exercer outras atribuições que lhe forem cometidas pelo Chefe do Poder Executivo.~~

~~Art. 34-B. São competências da Secretaria Municipal da Região Metropolitana:~~

~~I – promover a integração metropolitana para a definição e viabilização de políticas de desenvolvimento urbano sustentável de abrangência metropolitana, de modo a envolver os órgãos e entes da administração municipal, de acordo com as suas atividades-fim, estruturadas nos seguintes eixos:~~

~~a) planejamento urbano e habitação;~~

~~b) mobilidade urbana;~~

~~c) meio ambiente e saneamento;~~

~~d) saúde pública;~~

~~e) desenvolvimento econômico, turístico e social;~~

~~II – implantar processo permanente e compartilhado de diálogo e intercâmbio de experiências, planejamento e de tomada de decisões, referentes ao desenvolvimento urbano e às políticas setoriais afetas às funções públicas de interesse comum dos entes que integram a Região Metropolitana de Palmas;~~

~~III – difundir boas práticas de gestão pública da Capital para outros Municípios da Região Metropolitana e do Estado, assim como identificar, valorizar e incorporar experiências exitosas promovidas pelos demais integrantes da Metrópole, em processo mútuo de cooperação;~~

~~IV – promover a articulação dos órgãos e entes da administração municipal com os demais entes da Região Metropolitana e do Estado, para estabelecer sistema integrado de desenvolvimento dos programas e ações de interesse comum, por meio de convênios, acordos de cooperação, consórcios e outros ajustes previstos na legislação;~~

~~V – de modo a envolver a administração direta e indireta municipal e demais entes da Região Metropolitana, de acordo com as suas atividades-fim:~~

~~a) incentivar e participar de eventos, fóruns, seminários e solenidades que contribuam para fomentar estratégias de promoção de ações nas áreas da cultura, turismo e desenvolvimento econômico;~~

~~b) promover a criação e divulgação de um calendário anual das atividades e eventos culturais e do turismo da Região Metropolitana;~~

~~VI – fomentar e viabilizar meios compartilhados de organização administrativa das funções públicas de interesse comum dos entes que integram a Região Metropolitana de Palmas;~~

~~VII – desempenhar outras atividades afins.~~

## ~~CAPÍTULO IV~~

### ~~Seção II~~

~~Art. 41. O servidor ocupante de cargo de provimento efetivo, quando nomeado para cargo em comissão na administração direta e indireta do Poder Executivo Municipal, poderá optar entre a remuneração global atribuída ao cargo comissionado mais as parcelas remuneratórias de caráter pessoal ou, sua remuneração global, relativa ao cargo de provimento efetivo e a gratificação ou verba indenizatória de adicional por produtividade atribuída ao cargo de provimento em comissão.~~

## ~~CAPÍTULO VI~~

### ~~DAS ALTERAÇÕES DE LEIS DECORRENTES DA ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA~~

#### ~~Seção I~~

~~“Art. 52.~~

~~“Art. 1º É instituído o Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), órgão de caráter consultivo e deliberativo e de funcionamento permanente, vinculado ao órgão de desenvolvimento rural do Município.~~

~~Art. 5º~~

~~I – o órgão de desenvolvimento rural do Município;~~



~~III - o órgão de educação do Município;~~

~~IV - o órgão de saúde do Município;~~

.....(NR)''

~~“Art. 64. ....~~

~~“Art. 16. A fiscalização das ações do Sistema Funerário Municipal compete ao órgão de zeladoria do Município, em conjunto com os órgãos municipais de saúde e de assistência social.~~

~~Art. 39. É criado o Fundo Municipal de Cemitério, com o objetivo principal de manutenção dos cemitérios públicos, vinculado ao órgão de zeladoria do Município, que será regulamentado por ato do Chefe do Poder Executivo Municipal.~~

.....(NR)''

~~Art. 41. Os serviços funerários serão executados diretamente pelo órgão de zeladoria do Município, ou sob o regime de permissão ou concessão, precedido em qualquer hipótese, de licitação, em atendimento às normas gerais que versam sobre a matéria e sobre licitações.~~

~~Art. 48. Para a aplicabilidade desta Lei, deverão ser observadas as disposições que versam sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços e de licitações, bem como as legislações municipais, especialmente as concernentes à vigilância sanitária e delegação de prestação de serviços públicos e de obras públicas. (NR)''~~

''

**Art. 3º** São criados no Anexo III à [Lei nº 3.173, de 8 de abril de 2025](#), os seguintes cargos e funções:

~~I - 4 (quatro) de Secretário Executivo, simbologia DAS -1;~~

~~II - 8 (oito) de Assessor Parlamentar I, simbologia DAS -1;~~

~~III - 8 (oito) de Assessor Parlamentar II, simbologia DAS -2;~~

~~IV - 1 (um) de Procurador-Chefe, simbologia DAS-2;~~

~~V - 3 (três) de Superintendente, simbologia DAS-2;~~

~~VI - 1 (um) de Assessor Executivo de Gestão, simbologia DAS-2;~~

~~VII - 11 (onze) de Diretor, simbologia DAS-4;~~

~~VIII - 3 (três) de Assessor Especial, simbologia DAS-4;~~

~~IX - 10 (dez) de Assessor Especial Jurídico, simbologia DAS-4;~~

~~X - 15 (quinze) de Assessor Técnico, simbologia DAS-5;~~

~~XI - 2 (dois) de Assessor de Compras, simbologia DAS-5;~~

~~XII - 1 (um) de Gerente do Centro Integrado de Comando e Controle (CICC), simbologia DAS-5;~~

~~XIII - 8 (oito) de Gerente, simbologia DAS-5;~~

~~XIV - 3 (três) de Assessor Técnico e de Planejamento, simbologia DAS-5;~~

~~XV - 14 (quatorze) de Coordenador, simbologia DAS-6;~~

~~XVI - 8 (oito) de Assistente de Gabinete, simbologia DAS-7;~~

~~XVII - 2 (dois) de Assistente de Execução de Contratos, simbologia DAS-7;~~

~~XVIII - 36 (trinta e seis) funções gratificadas, simbologia FG.~~

**Art. 4º** São transformados no Anexo III à [Lei nº 3.173, de 2025](#), os cargos de provimento em comissão a saber:

~~I - 2 (dois) cargos de Secretário Extraordinário, simbologia NE, que passam a ter a nomenclatura Secretário Municipal, simbologia NE;~~

~~II - 1 (um) cargo de Coordenador, simbologia DAS-6, para Assessor de Legislação e Normas, simbologia DAS-4;~~

~~III - 1 (um) cargo de Coordenador, simbologia DAS-6, para Gerente, simbologia DAS-5;~~

~~IV - 1 (um) cargo de Gerente, simbologia DAS-5, que passa a ter a nomenclatura Assessor de Diagramação, simbologia DAS-5;~~

~~V - 1 (um) cargo de Gerente, simbologia DAS-5, que passa a ter a nomenclatura Assessor de Revisão do Diário Oficial, simbologia DAS-5;~~

~~VI - 1 (um) cargo de Gerente, simbologia DAS-5, que passa a ter a nomenclatura Assessor Técnico-Legislativo, simbologia DAS-5;~~

~~VII - 10 (dez) cargos de Gerente, simbologia DAS-5, que passam a ter a nomenclatura Assessor Técnico, simbologia DAS-5.~~

**Art. 5º** São acrescidas atribuições no Anexo II à [Lei nº 3.173, de 8 de abril de 2025](#), conforme a seguir:

~~“ANEXO II À LEI Nº 3.173, DE 8 DE ABRIL DE 2025.~~

~~II -~~

~~1.~~

~~1.4. Ao Assessor Parlamentar I compete:~~

~~1.4.1. auxiliar o gestor da Pasta na execução das atividades legislativas, desde a elaboração de projetos de lei até a preparação de discursos e materiais de comunicação;~~

~~1.4.2 realizar pesquisas sobre temas relevantes para a atuação do parlamentar, analisando dados e informações para embasar decisões e propostas;~~

~~1.4.3. redigir e divulgar materiais de comunicação, como notas explicativas, visando à transparência e a aproximação do Poder Executivo com a Câmara Municipal e com a sociedade;~~

~~1.4.4. atuar como interlocutor entre o parlamentar, o Poder Executivo e outros órgãos do governo, buscando a articulação e a colaboração em projetos de interesse mútuo;~~

~~1.4.5. exercer as demais competências que lhe forem atribuídas pela chefia, por lei e em regimento interno, respeitada a natureza hierárquica e o nível de complexidade do cargo, de acordo com o ambiente organizacional;~~

~~2.~~

~~2.9. Ao Assessor Parlamentar II compete:~~

~~2.9.1. acompanhar a tramitação de proposições do Poder Executivo e Legislativo na Câmara Municipal, de acordo com área de competência da Pasta de lotação e solicitação da chefia imediata;~~

~~2.9.2. exercer as demais competências que lhe forem atribuídas pela chefia, por lei e em regimento interno, respeitada a natureza hierárquica e o nível de complexidade do cargo, de acordo com o ambiente organizacional;~~

~~2.10. Ao Assessor Executivo de Gestão compete:~~

~~2.10.1. assessorar o titular da Pasta na identificação de demandas por políticas públicas relacionadas ao nível superior e estratégico dos Órgãos dos Sistemas Estruturantes do Poder Executivo, de acordo com as competências;~~

~~2.10.2. atuar como ponto de contato entre diferentes setores da Administração, para facilitar a comunicação e o alinhamento entre eles;~~

~~2.10.3. realizar análises de dados e informações relevantes para a tomada de decisões estratégicas, fornecendo informações precisas e atualizadas aos gestores;~~

~~2.10.4. apoiar a alta gestão no desenvolvimento e implementação de planos estratégicos;~~

~~2.10.5. exercer as demais competências que lhe forem atribuídas pela chefia, por lei e em regimento interno, respeitada a natureza hierárquica e o nível de complexidade do cargo, de acordo com o ambiente organizacional;~~

.....

.....

~~3.2~~.....

~~3.2.1. assessorar o titular da Pasta na identificação de demandas por políticas públicas relacionadas ao nível superior e estratégico dos Órgãos dos Sistemas Estruturantes do Poder Executivo, de acordo com as competências;~~

~~4~~.....

.....

~~4.4~~.....

.....

~~4.4.2. indicar um substituto legal para o cargo em caso de afastamento;~~

.....

~~4.4.4. examinar e distribuir os processos entre os membros da Junta Médica Pericial, bem como realizar exames médico-periciais e emitir os respectivos~~

~~laudos e pareceres, o quais conterão a identificação do médico responsável, número do registro no Conselho Regional de Medicina e assinatura;~~

.....

~~4.5. Ao Assessor de Legislação e Normas compete:~~

~~4.5.1. subsidiar o órgão de lotação nas matérias pertinentes a legislação pertinente à Pasta, produzindo as informações e fazendo encaminhamentos necessários;~~

~~4.5.2. analisar e emitir nota técnica informativa sobre atos normativos relativos ao órgão, com fundamento na legislação pertinente;~~

~~4.5.3. analisar documentos e processos, e emitir parecer técnico, informação ou despacho em assuntos de legislação;~~

~~4.5.4. acompanhar as publicações de normas e dar ciência à chefia e, caso necessário, sugerir alteração de procedimentos administrativos à luz da nova legislação;~~

~~4.5.5. executar outras funções que, por sua natureza, lhes estejam afetas ou lhes tenham sido atribuídas pela chefia, respeitada a natureza do cargo.~~

~~4.6. Ao Assessor Especial Jurídico compete:~~

~~4.6.1. o apoio técnico e jurídico à Pasta de lotação, mediante a análise de leis, a elaboração de pareceres técnicos, a gestão de processos e a orientação em questões jurídicas complexas, além de funções de apoio em áreas como legislações, contratos, e processos judiciais;~~

~~4.6.2. executar outras funções que, por sua natureza, lhes estejam afetas ou lhes tenham sido atribuídas pela chefia, respeitada a natureza do cargo;~~

~~5. ....~~

.....

~~5.4. Ao Assessor Técnico e de Planejamento compete:~~

~~5.4.1. executar, em articulação com os demais sistemas estruturantes, as funções setoriais do Sistema de Planejamento e Orçamento;~~

~~5.4.2. planejar, coordenar, executar, acompanhar, supervisionar e avaliar os programas, projetos e ações das áreas meio e fim da Pasta;~~

~~5.4.3. coordenar e supervisionar a execução de atividades de assessoramento nos gabinetes dos dirigentes dos órgãos e entidades;~~

~~5.4.4. exercer a função de nível operacional de suporte das atividades dos níveis de articulação estratégica e de direção e execução;~~

~~5.4.5. exercer as demais competências que lhe forem atribuídas pela chefia, por lei e em regimento interno, respeitada a natureza hierárquica e o nível de complexidade do cargo, de acordo com o ambiente organizacional;~~

~~5.5. Ao Assessor de Diagramação compete:~~

~~5.5.1. realizar a diagramação do caderno do Diário Oficial do Município;~~

~~5.5.2. confirmar o recebimento de matérias por meio do correio eletrônico, bem como, quando demandado, confirmar a publicação de matérias;~~

~~5.5.3. controlar os arquivos digitais;~~

~~5.5.4. receber e-mails e calcular o valor da publicação de matérias particulares, quando exigida na legislação;~~

~~5.5.5. emitir o documento de arrecadação municipal para pagamento de publicação, por particular, da taxa de expediente e serviços diversos;~~

~~5.5.6. gerenciar as contas de correio eletrônico utilizadas pelo Diário Oficial do Município de Palmas;~~

~~5.5.7. confeccionar pedidos de reposição de materiais de expediente;~~

~~5.5.8. exercer as demais competências que lhe forem atribuídas pela chefia, por lei e em regimento interno, respeitada a natureza hierárquica e o nível de complexidade do cargo, de acordo com o ambiente organizacional;~~

~~5.6. Ao Assessor de Revisão do Diário Oficial compete:~~

~~5.6.1. revisar documentos relativos a competências desenvolvidas pelo órgão responsável pelos atos oficiais e normativos do Poder Executivo Municipal;~~

~~5.6.2. exercer as demais competências que lhe forem atribuídas pela chefia, por lei e em regimento interno, respeitada a natureza hierárquica e o nível de complexidade do cargo, de acordo com o ambiente organizacional;~~

~~5.7. Ao Assessor Técnico Legislativo compete:~~

~~5.7.1. analisar propostas de leis, decretos e outros atos normativos;~~

~~5.7.2. elaborar e revisar documentos oficiais;~~

~~5.7.3. pesquisar e levantar dados e informações relevantes para o processo legislativo;~~

~~5.7.4. elaborar estudos e relatórios técnicos;~~

~~5.7.5. exercer as demais competências que lhe forem atribuídas pela chefia, por lei e em regimento interno, respeitada a natureza hierárquica e o nível de complexidade do cargo, de acordo com o ambiente organizacional;~~

~~5.8. Ao Gerente do Centro Integrado de Comando e Controle (CICC) compete:~~

~~5.8.1. coordenar as atividades relativas ao CICC;~~

~~5.8.2. propor e providenciar a execução dos planos de trabalho no âmbito de suas competências;~~

~~5.8.3. exercer a função de nível operacional de suporte das atividades do CICC;~~

~~5.8.4. prover os meios necessários para o funcionamento do departamento ao qual se vincula, inclusive com a aplicação de técnicas e métodos de trabalho voltados para qualidade e produtividade;~~

~~5.8.5. exercer as demais competências que lhe forem atribuídas por lei e no regimento interno, respeitada a natureza hierárquica e o nível de complexidade do cargo, de acordo com o ambiente organizacional;~~

.....(NR)“

**Art. 6º** Os Anexos I e III à Lei nº 3.173, de 2025, passam a vigorar na conformidade dos Anexos I e II a esta Medida Provisória.

**Art. 7º** A Lei nº 2.767, de 22 de novembro de 2022, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 1º .....

§ 1º .....

~~I – a concessão patrocinada, a concessão administrativa e a concessão regida por legislação setorial;~~

~~§ 3º Não constitui parceria público-privada a concessão comum, assim entendida a concessão de serviços públicos ou de obras públicas de que trata a Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, quando não envolver contraprestação~~

~~pecuniária do parceiro público ao parceiro privado, nos moldes do art. 2º, § 3º, da [Lei nº 11.079, de 30 de dezembro de 2004](#).~~

.....

.....

~~Art. 6º Além das exigências contidas na Lei Orgânica Municipal e na legislação que versa sobre controle externo, o órgão gestor central do Sistema Estruturante de Planejamento enviará ao Gabinete do Prefeito, no primeiro semestre do ano subsequente, relatório detalhado com os dados sobre o andamento dos empreendimentos e demais ações no âmbito do PPI-PALMAS ocorridos no ano anterior.~~

~~Art. 7º:~~

.....

.....

~~Parágrafo único. A concessão ou permissão do serviço público essencial de transporte coletivo urbano de passageiros no Município, previsto no art. 30, inciso V da Constituição Federal, não se sujeita à deliberação do Conselho Gestor do Programa de Parcerias e Investimentos do Município de Palmas (CPPI-PALMAS).~~

~~Art. 8º O CPPI-PALMAS é composto por 5 (cinco) membros, com direito a voto, titulares das Pastas a seguir:~~

~~I – Secretário Municipal de Planejamento, Orçamento e Licitações, que o Presidirá, conferindo-lhe voto de qualidade em caso de empate;~~

~~II – Secretário Municipal de Finanças;~~

~~III – Secretário-Chefe da Casa Civil do Município;~~

~~IV – Procurador-Geral do Município;~~

~~V – Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano e Regularização~~

~~Fundiária;~~

.....

.....

~~§ 1º As reuniões do Conselho serão dirigidas pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, quando presente.~~

.....

.....

~~§ 6º As reuniões ordinárias do Conselho terão periodicidade semestral, e o Presidente, sempre que necessário, poderá convocar reuniões extraordinárias.~~



~~§ 7º Caberá ao titular do órgão gestor central do Sistema Estruturante de Planejamento, em conjunto com o titular do órgão setorial detentor da competência para proceder à execução das ações previstas no art. 1º desta Lei, a prerrogativa de deliberar nos casos de urgência e de relevante interesse, ad referendum do Conselho, que analisará a matéria em reunião imediatamente seguinte.~~

---

~~Art. 16-A. A Secretaria Executiva do Programa de Parcerias e Investimentos, vinculada à Secretaria de Planejamento, Orçamento e Licitações, é responsável pela coordenação e apoio técnico nos processos administrativos de contratação de projetos, levantamentos, investigações ou estudos que objetivem parcerias público-privadas. (NR)º~~

~~Art. 8º São convalidados os atos praticados pela Secretaria Municipal de Habitação, a partir de 1º de janeiro de 2025, relativos ao Programa Palmas Solar, previsto na [Lei Complementar nº 327, de 24 de novembro de 2015](#).~~

~~Art. 9º Os cargos de Assessor Especial Jurídico, DAS-4, previstos no Anexo III da [Lei nº 3.173, de 8 de abril de 2025](#), são vinculados à Procuradoria Geral do Município para fins de gerenciamento e lotação nos órgãos e entidades do Município, de acordo com as necessidades do serviço, conforme critérios definidos em ato próprio do Procurador-Geral do Município.~~

~~Art. 10. Os cargos de Assessor Parlamentar I, DAS-1, e de Assessor Parlamentar II, DAS-2, previstos no Anexo III da [Lei nº 3.173, de 8 de abril de 2025](#), serão redistribuídos pela Secretaria Municipal do Gabinete do Prefeito aos órgãos e entidades da administração, mediante prévia autorização do Chefe do Poder Executivo Municipal, de acordo com a necessidade do serviço.~~

~~Art. 11. Os cargos de Assessor Técnico, DAS-5, e de Assistente de Gabinete, DAS-7, previstos no Anexo III da [Lei nº 3.173, de 8 de abril de 2025](#), serão redistribuídos pela Secretaria Municipal de Administração e Modernização aos órgãos e entidades da administração, mediante prévia autorização do Chefe do Poder Executivo Municipal, de acordo com a necessidade do serviço.~~

~~Art. 12. São extintos, no Anexo II à [Lei 2.842, de 1º de março de 2023](#), os seguintes cargos, a partir de 9 de maio de 2025, com os respectivos quantitativos:~~

~~I – Motorista de Transporte Coletivo, 344 (trezentos e quarenta e quatro);~~

~~II – Fiscal de Transporte Coletivo, 30 (trinta);~~

~~III – Assistente Administrativo de Transporte Coletivo, 26 (vinte e seis);~~

~~IV – Agente de Manutenção de Transporte Coletivo, o qual subdivide-se em:~~

~~a) Almoxarife, 3 (três);~~

- ~~b) Assistente em Eletrônica, 1 (um);~~
- ~~c) Auxiliar de Garagem, 1 (um);~~
- ~~d) Auxiliar de Manutenção, 1 (um);~~
- ~~e) Auxiliar de Mecânico, 1 (um);~~
- ~~f) Auxiliar de Limpeza, 1 (um);~~
- ~~g) Borracheiro, 2 (dois);~~
- ~~h) Chefe de Garagem, 1 (um);~~
- ~~i) Eletricista, 3 (três);~~
- ~~j) Frentista, 1 (um);~~
- ~~K) Lanterneiro, 3 (três);~~
- ~~l) Lavador de Ônibus, 9 (nove);~~
- ~~m) Lubrificador, 1 (um);~~
- ~~n) Mecânico, 11 (onze);~~
- ~~o) Moleiro, 1 (um);~~
- ~~p) Tapeceiro, 1 (um).~~

**Art. 13.** São revogados:

~~I - na [Lei nº 2.767, de 22 de novembro de 2022](#):~~

- ~~a) os incisos VI e VII do caput e o § 5º do art. 8º;~~
- ~~b) o art. 15;~~

~~II - o art. 11 da [Lei nº 2.842, de 1º de março de 2023](#);~~

~~III - a alínea “b” do inciso X do art. 30 da [Lei nº 3.173, de 8 de abril de 2025](#).~~

**Art. 14.** Esta Medida Provisória entra em vigor na data da publicação.

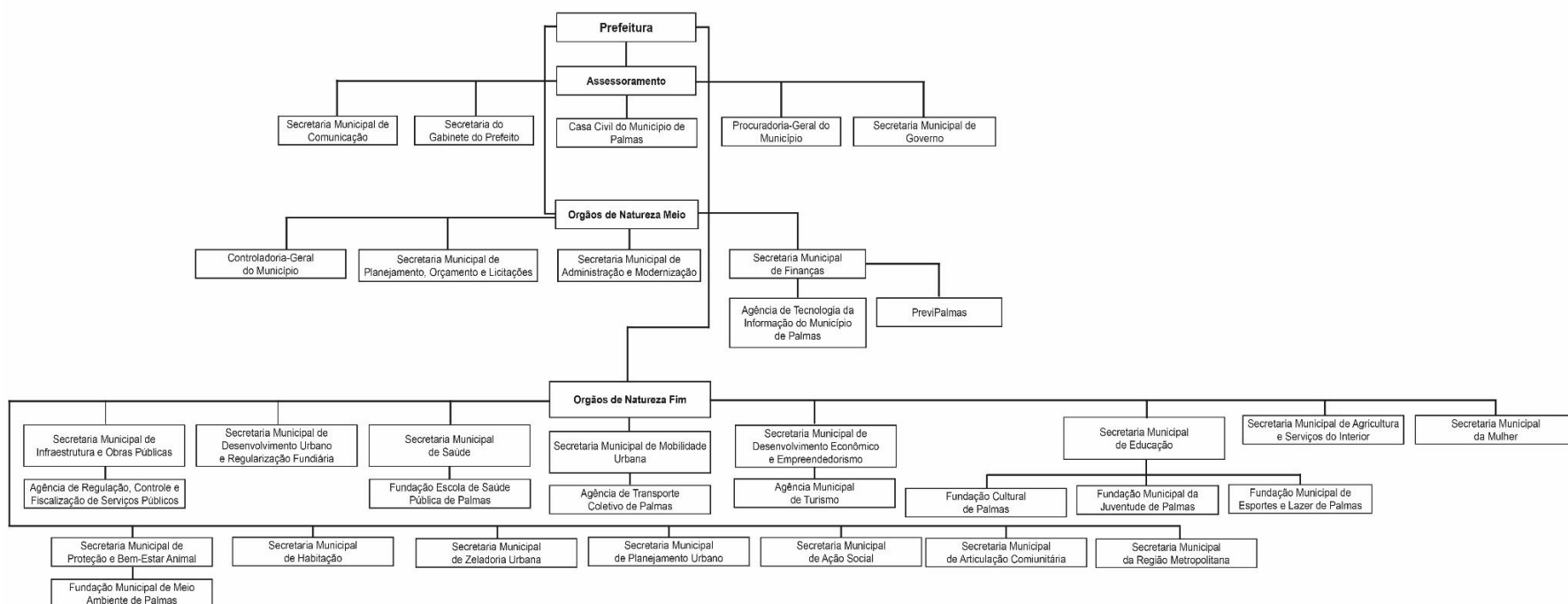
Palmas, 18 de junho de 2025.

**JOSÉ EDUARDO DE SIQUEIRA CAMPOS**  
Prefeito de Palmas

**~~ANEXO I À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 6, DE 18 DE JUNHO DE 2025.~~**

**~~“ANEXO I À LEI Nº 3.173, DE 8 DE ABRIL DE 2025.~~**

**~~REPRESENTAÇÃO DA ESTRUTURA ORGANIZACIONAL~~**



(NR)”

**ANEXO II À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 6, DE 18 DE JUNHO DE 2025.****“ANEXO III À LEI Nº 3.173, DE 8 DE ABRIL DE 2025.****QUANTITATIVOS E SÍMBOLOS DOS CARGOS DE NATUREZA ESPECIAL, COMISSIONADOS E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA ADMINISTRAÇÃO DIRETA E INDIRETA DO PODER EXECUTIVO:**

<b>CARGO/FUNÇÃO*</b>	<b>SIGLA</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Secretário Municipal	NE	20
Secretário-Chefe	NE	2
Secretário Extraordinário	NE	2
Procurador-Geral	NE	1
Controlador-Geral	NE	1
Presidente	NE	10
Comandante da Guarda Metropolitana de Palmas	DAS-1	1
Secretário Executivo	DAS-1	36
Subcontrolador-Geral	DAS-1	1
Assessor Parlamentar I	DAS-1	8
Assessor Parlamentar II	DAS-2	8
Assessor de Assuntos Estratégicos	DAS-2	4
Subprefeito	DAS-2	4
Subcomandante da Guarda Metropolitana de Palmas	DAS-2	1
Superintendente	DAS-2	66
Ouvidor-Geral	DAS-2	1
Auditor-Geral	DAS-2	1
Corregedor-Geral	DAS-2	1
Procurador-Chefe	DAS-2	4
Assessor Executivo de Gestão	DAS-2	1
Assessor Executivo	DAS-3	20
Ajudante de Ordens	DAS-3	5
Coordenador-Geral	DAS-3	1
Assessor de Legislação e Normas	DAS-4	1
Diretor	DAS-4	147
Chefe de Gabinete	DAS-4	32
Assessor Especial	DAS-4	36
Assessor Especial Jurídico	DAS-4	10
Presidente da Junta Médica Pericial	DAS-4	1
Assessor Técnico	DAS-5	89

Assessor Técnico e de Planejamento	DAS-5	3
Assessor de Diagramação	DAS-5	1
Assessor de Revisão do Diário Oficial	DAS-5	1
Assessor Técnico-Legislativo	DAS-5	1
Assessor de Compras	DAS-5	2
Gerente do Centro Integrado de Comando e Controle (CICC)	DAS-5	1
Gerente	DAS-5	271
Corregedor da Guarda Metropolitana de Palmas	DAS-5	1
Coordenador	DAS-6	69
Assistente de Gabinete	DAS-7	76
Assistente de Compras Governamentais	DAS-7	14
Assistente de Execução de Contratos	DAS-7	2
Função Gratificada	FG	278
Agente de Contratações	FGE	7

\*Nomenclatura genérica

(NR)''